

[View this email in your browser](#)

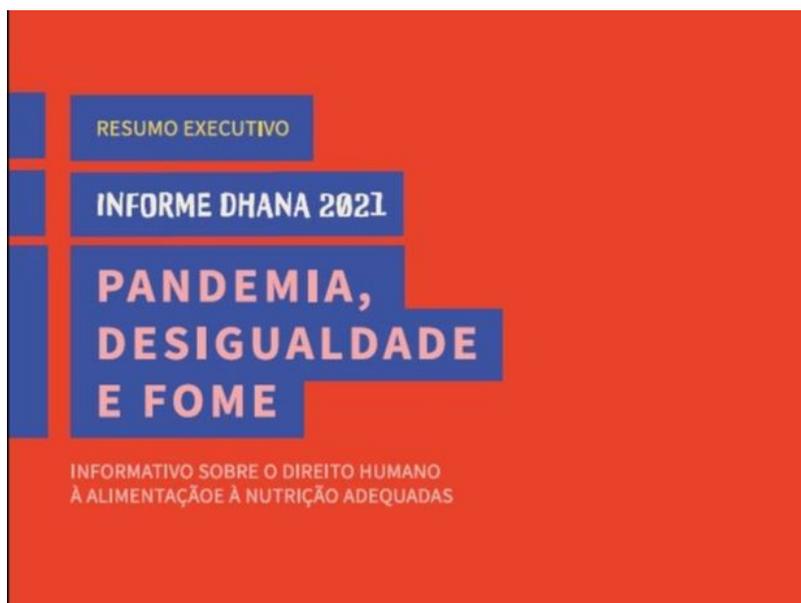
INFORMATIVO



FIAN
BRASIL

Agosto-novembro/2021

Pré-lançamento do Informe Dhana discute pandemia, desigualdade e fome



Em 26 de outubro a FIAN divulgou, com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), as principais informações do *Informe Dhana 2021 – pandemia, desigualdade e fome*.

A publicação aborda a situação do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no país nos últimos dois anos, analisando os impactos da Covid-19 e das ações e omissões do poder público diante da crise sanitária, econômica e social. No pré-lançamento foi divulgado o [resumo executivo](#).

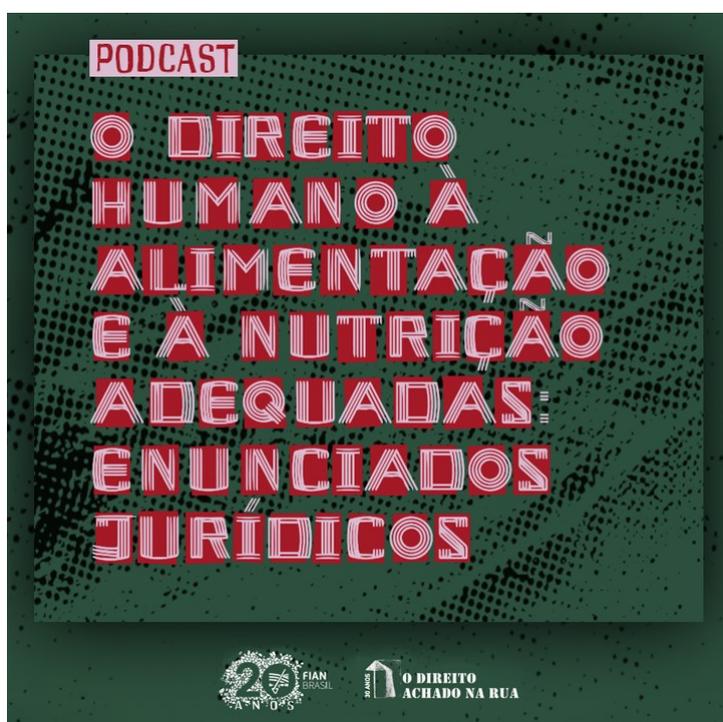
Acesse a [gravação da íntegra do evento](#), com a seguinte programação:

- Abertura e mediação – Valéria Burity, secretária-geral da FIAN Brasil
- *O Informe Dhana 2021* e seu papel no contexto de agravamento de violações – Francisco Menezes, assessor de Políticas da ActionAid e integrante do

FBSSAN

- Conjuntura internacional – Sofia Monsalve, secretária-geral da FIAN Internacional
- Política econômica e Dhana: impactos da pandemia e o caso brasileiro – Grazielle David, doutoranda da Unicamp e apresentadora do podcast É da Sua Conta, da Tax Justice Network
- Sistemas alimentares, Covid-19 e o Dhana – Mariana Levy, doutora pela USP
- Como a pandemia afeta a realização do Dhana? Olhar dos movimentos e organizações sobre o contexto de autoritarismo e racismo – Sandra Marli, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e Edgar Aparecido Moura, dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs)

Podcast aborda o direito à alimentação com base jurídica e formato lúdico



A FIAN Brasil e O Direito Achado na Rua lançaram em novembro o *podcast O Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas: enunciados jurídicos*.

Em dez episódios, o programa destrincha o livro lançado pelas duas organizações em abril. Está disponível nas plataformas Spotify, Anchor e YouTube.

O *podcast* aborda questões como: o que o direito a se

alimentar e se nutrir adequadamente tem a ver com as retomadas indígenas, a educação quilombola, a agroecologia e a luta sem-terra; como é tratado na nossa Constituição e nos pactos internacionais dos quais o Brasil faz parte; e como tem

sido aplicado na prática.

Resultado de intensa agenda de discussão, o livro de 196 páginas é uma obra coletiva voltada para a proteção e efetivação desse direito individual e social, conhecido pela sigla Dhana, indispensável à dignidade humana e à própria vida.

[Leia mais e acesse o podcast.](#)

[Baixe o livro aqui.](#)

Quadrinhos mostram o controle das grandes empresas sobre o alimento



Os sistemas alimentares, que representam tudo aquilo que tem relação com a produção, distribuição, oferta e consumo de alimentos, estão cada vez mais sob o controle de um pequeno número de empresas poderosas. O controle corporativo sobre o que comemos e cultivamos prejudica o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana), causando fome, obesidade e impactos ambientais que

colaboram para as mudanças climáticas. A transformação radical desses sistemas é mais urgente do que nunca.

Essa realidade é exposta, de forma didática e acessível, nos quadrinhos A Captura Corporativa de Sistemas de Alimentos, desenvolvidos em uma parceria entre a FIAN Internacional e os irmãos artistas Zago Brothers.

Originalmente produzida em inglês para série da ESCR-Net, a publicação ganhou versão em português por iniciativa da FIAN Brasil e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), no intuito de fortalecer o debate sobre o tema no nosso país. Lançado em novembro, durante a estreia do documentário *Big Food: O Poder das Indústrias de Ultraprocessados*, o material detalha como as grandes empresas do agronegócio, de finanças, de tecnologia e de alimentos usam seus recursos para ditar a lógica de produção e oferta de comida e produtos alimentícios. Ilustra, ainda, os impactos negativos na saúde das pessoas e do planeta.

Tribunal Popular da Fome considera o governo brasileiro culpado

O corpo de jurados do Tribunal Popular da Fome, realizado no dia 27 de setembro, considerou o governo brasileiro culpado, concluindo que: “o governo federal violou o direito humano à alimentação e a nutrição adequadas (Dhana) e o direito emergencial a estar livre da fome, ambos assentados no ordenamento jurídico nacional e internacional”.

De acordo com a sentença, comprovou-se que o governo federal não respeitou, não protegeu e não garantiu esses direitos e assim, por ação e omissão, causou sofrimento físico e psíquico ao povo com fome. Por isso, deve indenizar coletivamente o dano moral produzido.

A FIAN participou com uma jurada e um jurado: Míriam Balestro e Flavio Valente. Valéria Burity e Adelar Cupsinski colaboraram com a construção do tribunal, e Paulo Spínola contribuiu no julgamento como testemunha, representando a Campanha Só Acredito Vendo.

[Leia a sentença](#) e siga a [Conferência Popular por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional](#), organizadora do tribunal.

Formação para diferentes públicos marca atividades em torno do Pnae

De agosto a novembro, o projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade realizou uma série de atividades de formação para diferentes públicos em torno do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Oficinas para estudantes da educação básica da rede pública de ensino e para responsáveis de estudantes abordaram as normativas e diretrizes do Pnae, o que são produtos ultraprocessados e a importância de restringir sua oferta, o que é o Dhana e formas de exercer a exigibilidade desse direito. Tais temas foram tratados também em dois encontros para conselhos estaduais de Alimentação Escolar (CAEs) e de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas), que passaram ainda por participação e controle social e conflitos de interesses.

O encontro Alimentos da Agricultura Familiar no Pnae trouxe à tona desafios e experiências positivas no estado de Alagoas. Depois de rodada de relatos dos municípios de Pindoba e de Viçosa, uma oficina dividiu as e os participantes em três grupos para pensar soluções diante de desafios/obstáculos comuns. O diálogo foi estendido com envio de materiais sobre o tema.

A parceria desdobrou-se numa live com a Secretaria de Estado da Educação sobre produtos ultraprocessados e alimentação escolar para gestores do Pnae. Ao lado da coordenadora do projeto Crescer e Aprender, Vanessa Manfre, participaram a nutricionista do Pnae no estado, Raquel Vasconcelos e, como convidada, a professora e pesquisadora Daniela Canella.

Ainda na perspectiva formativa a FIAN produziu as cartilhas Como Exigir o Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas no Pnae? e Alimentação e Nutrição Adequadas no Pnae: Mais Alimentos Frescos, Menos Ultraprocessados. Para esta, a equipe da ACT Promoção da Saúde elaborou texto sobre conflito de interesses na alimentação escolar e comércio de alimentos nas escolas, e ambos os materiais receberam contribuições de organizações parceiras.

Articulações e apoio ao jornalismo

A equipe do projeto reuniu-se em novembro com o Consórcio de Governadores do Nordeste, por meio da Câmara Temática da Agricultura Familiar. O diálogo girou em torno da Resolução 6/2020 e a FIAN abordou, em especial, a necessidade de investimento na estrutura das cozinhas escolares e aspectos logísticos da alimentação escolar.

A Defensoria Pública da União (DPU) propôs à FIAN um acordo de cooperação técnica para formações voltadas a defensores públicos e fortalecimento do monitoramento da execução do Pnae.

Com apoio da FIAN por meio do projeto, o portal O Joio e o Trigo produziu o especial jornalístico Merenda Escolar: Afetos e Números. O material, lançado em outubro, mostra a importância histórica do Pnae, mas também os gargalos e as tentativas de esvaziamento para beneficiar interesses particulares, em reportagens, entrevistas e uma investigação sobre o lobby do leite ligado a grupos bolsonaristas.

Atuação contra agrotóxicos passa pela ONU e pelo STF

O relator especial das Nações Unidas para substâncias tóxicas e direitos humanos, Marcos Orellana, informou que acompanhará e investigará a denúncia brasileira de uso de agrotóxicos como arma contra comunidades camponesas da Zona da Mata Sul de Pernambuco. A FIAN Brasil contribuiu para essa decisão.

Em audiência virtual mediada pela entidade no dia 20 de agosto, Orellana recebeu representantes de comunidades camponesas vítimas de conflitos agrários. Participaram agricultores e agricultoras das comunidades de Barro Branco, Fervedouro e Batateiras, situadas em Jaqueira e em Maraial, além de representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape).

Marcos Orellana participou, em abril, do lançamento do nosso informe *Agrotóxicos na América Latina: Violações Contra o Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas*.

Contra a pulverização aérea

A FIAN também integra articulação judicial que endossa o direito dos municípios a proibir a pulverização aérea de agrotóxicos. A entidade compõe o grupo que pede ingresso como *amicus curiae* (amigo da corte) na ação sobre o tema no Supremo Tribunal Federal (STF), ao lado da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, da Terra de Direitos e da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) alega que essa regulamentação é inconstitucional. Saiba mais.

Memorial traz argumentos de segurança alimentar contra o marco temporal

A FIAN Brasil atua como *amicus curiae* no processo referente ao julgamento sobre a

utilização do marco temporal na demarcação de terras indígenas. Em conjunto com a FIAN Internacional, juntou ao processo e entregou aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) um memorial preparado com o apoio da Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Miami (Estados Unidos) e da Clínica de Direito Ambiental da Universidade de Saint-Louis (Bélgica). Trata-se de um estudo da relação entre território e direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, fazendo relação com o caso em julgamento na Suprema Corte brasileira.

Em seus trabalhos, a FIAN defendeu que o Dhana foi incorporado ao artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como direito fundamental social, e o Estado brasileiro rompeu com o paradigma assistencialista destinado à alimentação, assumindo responsabilidades em adotar estratégias para efetivar a segurança alimentar e nutricional. Para a entidade, o direito fundamental à alimentação também está implícito no artigo 194 da CF, referente aos direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social, bem como no art. 196, que eleva a saúde a “direito de todos e dever do Estado”.

Tal direito, no nosso entendimento, ainda precisa ser lido em consonância com o multiculturalismo constitucionalmente reconhecido, o qual se expressa pelo dever estatal em proteger o patrimônio histórico e cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Apoio à luta das mulheres indígenas

Ao longo dos meses de agosto e setembro, a FIAN Brasil acompanhou a organização e mobilização das mulheres guarani e kaiowá e apoiou a participação delas em três atividades de incidência e articulação durante sua estadia em Brasília. Elas participaram do Acampamento Luta pela Vida e da Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, e realizaram a 9ª Assembleia Kuñangue Aty Guasu.

Os assessores de Direitos Humanos Adelar Cupsinski e Nayara Côrtes foram até a mobilização em frente ao Supremo Tribunal Federal em 25 de agosto, data em que se iniciou o julgamento do processo. Lá conversaram com representantes da Aty Guasu e da Kuñangue Aty Guasu.

Durante o período de agosto a novembro, a FIAN elaborou documentos para atualizar os relatórios da ONU para o direito à alimentação e para a extrema pobreza sobre a situação de violações de direitos vivenciadas pelos indígenas.

O julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365 SC foi suspenso por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Com a devolução do processo, o andamento depende agora do presidente da corte, Luiz Fux.

Em defesa de recursos para proteção social

Como integrante da Coalizão Direitos Valem Mais, a FIAN participou da construção de proposta para priorizar saúde, educação, segurança alimentar e assistência social no Orçamento 2022.

A articulação, que reúne mais de 200 entidades e redes, apresentou a parlamentares uma nota técnica defendendo o estabelecimento de um piso mínimo emergencial para aquelas áreas. “É preciso interromper a deterioração orçamentária acelerada das políticas públicas desde 2016 e garantir condições para o enfrentamento do rápido crescimento do desemprego, da miséria e da fome em nosso país”, disse Livi Gerbase, assessora do Inesc e integrante da coordenação da Coalizão. “Em síntese, a atual situação brasileira exige um orçamento que priorize as pessoas.”

Além disso, as entidades propuseram controle e transparência no uso de emendas de relator, para barrar a compra de apoio político; veto às “emendas pix” para bancadas, que autorizam transferências de dinheiro público sem controle social e sem transparência; e retomada do investimento público em áreas sociais, com o fim do Teto de Gastos e a adoção de uma reforma tributária progressiva. “São propostas factíveis e indispensáveis para a ampliação da proteção social, especialmente neste cenário de maior crise, mesmo em um contexto de teto de gastos”, afirmou a porta-voz da coalizão.

Por transparência nos incentivos fiscais

Outra frente coletiva foi a campanha Só Acredito Vendo, de defesa da transparência dos incentivos fiscais concedidos pelo governo federal. Dezenas de organizações envolveram-se em apoio à aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 162/2019 no Congresso Nacional.

A iniciativa chamou a atenção para os R\$ 300 bilhões que o Brasil deixa de

arrecadar em impostos todos os anos de empresas e pessoas, supostamente em troca de incentivar a economia e trazer melhorias para a sociedade.

O manifesto ressalta a impossibilidade de saber quais as empresas beneficiadas e o real impacto dessa política. É alerta que se sabe que grande parte dos incentivos fiscais fazem mal à saúde e ao ambiente, financiando a compra de agrotóxicos, bebidas industrializadas que adoecem 70% da população e produção de energia poluente.

Comunidades do Vale das Cancelas denunciam violações ao CNDH

Em 25 de novembro, a FIAN Brasil acompanhou representantes das comunidades do Vale das Cancelas em oitiva do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) sobre violações de direitos dos e das habitantes do território tradicional em Minas Gerais. A atividade foi conjunta com o Conselho Estadual de Direitos humanos (Cedh).

Os geraizeiros relataram as ameaças que vêm sofrendo quanto ao seu direito ao território, à água e à alimentação, já que empresas de monocultura e mineradoras têm ocupado cada vez mais espaço, desmatando o cerrado, destruindo e intoxicando nascentes. Também reivindicaram que o Parque Estadual Grão Mogol seja transformado em unidade de conservação de uso sustentável. O CNDH informou que organizará uma missão à região em 2022 para apurar as denúncias de violações.

Na Câmara dos Deputados, audiência pública da Comissão de Legislação Participativa (CLP) em 19 de setembro abordou os impactos do projeto de mineração Bloco 8. A sessão foi realizada a partir de requerimento do deputado Rogério Correia (PT-MG). Em sua fala, o assessor Paulo Spínola sublinhou que as violações dos direitos ao território e à consulta prévia ferem também o Dhana.

Outra audiência pública com foco na mineração ocorreu na Assembleia Legislativa mineira, com participação da mineradora SAM, em 25 de agosto. O termo de compromisso assinado entre o Ministério Público Estadual (MPE) e a empresa também foi discutido em reunião em que o Ministério Público Federal (MPF) informou que encaminhará recomendação à SAM para não ingressar no território

geraizeiro em decorrência da pandemia de Covid-19.

A FIAN Brasil tem integrado, ainda, a Articulação Minas-Bahia, que congrega comunidades tradicionais, entidades e organizações dos dois estados contrárias ao empreendimento.

Reunião com professores guarani e kaiowá trata de alimentação escolar

Em 23 de setembro, integrantes da FIAN Brasil reuniram-se com representantes dos povos indígenas Guarani e Kaiowá ligados à educação dos municípios de Caarapó, Dourados e Laguna Carapã, no Mato Grosso do Sul (MS).

Com exceção de Caarapó, constataram-se os seguintes desafios:

- a alimentação não respeita a cultura e tradições indígenas;
- houve irregularidade e baixa frequência na entrega de kits de alimentos durante a suspensão das aulas na pandemia;
- estudantes que se encontram no ensino híbrido não estão recebendo alimentos;
- em Laguna Carapã, os estudantes chegam com muita fome na escola, em grave situação de insegurança alimentar.

A FIAN Brasil comprometeu-se a levar as demandas à Secretaria de Educação do estado e a enviar materiais de apoio, com destaque para a experiência da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) e o manual de comercialização de produtos indígenas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Denúncia na Saúde

A FIAN Brasil recebeu denúncia sobre violações de direitos dos trabalhadores indígenas da Saúde. Encaminhou ao Ministério Público do Trabalho (MPT) ofício requerendo providências, que foi indeferido. Encaminhou, então, a documentação à

Defensoria Pública da União (DPU) no MS para providências legais.

Em setembro, realizamos reuniões com os representantes dos profissionais indígenas de saúde e contribuímos na elaboração de recurso do MPT visando dar continuidade às investigações sobre demissões irregulares e assédio moral contra funcionários da saúde indígena.

Artigos debatem fome e desigualdade no Brasil e possíveis saídas

No Brasil, os impactos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19 aprofundam as mazelas causadas pelo receituário neoliberal adotado desde o golpe de 2016 e são acentuados pela continuidade de políticas de austeridade, com cortes de programas essenciais para a redução da desigualdade social. Nesse cenário, agrava-se a situação da fome. Em 2020, mais da metade da população brasileira (55,2%) convivia com algum grau de insegurança alimentar – ou seja, 116,8 milhões de pessoas não tinham acesso pleno e permanente a alimentos.

Essas são algumas das constatações do artigo “Desigualdade e fome no Brasil da pandemia”, escrito pela secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity, pela advogada e cientista social Mariana Levy e pelo assessor de Direitos Humanos da FIAN Brasil Paulo Spínola.

O texto foi publicado pela Kooperation Brasilien (“Cooperação Brasil”), iniciativa voltada à troca de experiências entre atores sociais brasileiros e alemães. Burity foi uma das participantes da edição deste ano da Mesa Redonda Brasil, que teve como tema o combate às desigualdades sociais diante da pandemia. Assista ao debate, com Fausto Augusto Junior, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e Leonardo Sakamoto, da Repórter Brasil, mediado por Felipe Bley Folly, da FIAN Internacional.

Em outro artigo, intitulado “Agricultura familiar: uma resposta para muitas crises”, Valéria Burity discorre sobre o que talvez seja a principal saída para essa e outras crises: o fortalecimento da agricultura familiar. O texto foi lançado com debate em 22 de novembro, como parte da série “Brasil Rural”, iniciativa da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e da FES Brasil. Além da autora, participaram: o militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Paulo Mansan, membro

da Campanha Mãos Solidárias; e a pesquisadora Elisabetta Recine, do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (Opsan) da Universidade de Brasília (UnB).

[Confira a gravação e o artigo.](#)

Falas em eventos levam conceito e urgência do Dhana a outros públicos

Representada pela secretária-geral Valéria Burity, a FIAN Brasil participou de uma série de eventos de debate nesses quatro meses.

O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) foram tema de *live* em 20 de outubro.

A transmissão foi organizada pela Escola Superior do Ministério do Paraná (MPPR), em parceria com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos.

Em 24 de novembro, Burity falou sobre insegurança alimentar e violações do Dhana no Congresso Brasileiro de Epidemiologia. Ela participou da mesa “Desmonte das políticas de garantia de direitos e o seu impacto nas condições de vida e saúde”, com Alessandra Nilo, da organização Gestos; Carolina Ricardo, do Sou da Paz; e Maria Maeno, do Fundacentro-SP. A moderação coube a Mauricio Barreto.

Na Conferência Internacional da Sociedade Civil sobre Gestão de Produtos Químicos, em 24 de novembro, a secretária-geral fez parte de mesa sobre uso e exposição a agrotóxicos. Ela apresentou nosso informe latino-americano sobre o assunto.

Em setembro, a representante da FIAN falou na sexta edição dos Diálogos sobre os ODS – Desafiando a Visão Tradicional da Agenda 2030, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).



*Copyright © *|2021|* *|FIAN Brasil|**